

OS DESAFIOS DA SAÚDE PÚBLICA

Camila Sanae UCHIDA¹
Cláudio José Palma SANCHEZ²
José Artur Teixeira GONÇALVES³

RESUMO: O presente artigo busca analisar e revelar a situação da saúde pública vivida no Brasil, sabe-se que a partir do diploma constitucional vivemos em um estado democrático de Direito. A saúde pública é um direito de todos, e para concretizá-lo a Reforma Sanitária propõe o surgimento do SUS - Sistema Único de Saúde, de modo que este irá atender a todas as classes sociais gratuitamente. Mas problemas relacionados a este plano de saúde foram emergindo, tais como, a alta demanda de pessoas para poucos especialistas, e as precárias condições deste sistema em relação à infra-estrutura. Fazendo as pessoas mais abastadas procurarem convênios privados, e a classe baixa permanecer no mesmo patamar. Concluimos que ainda há muito a ser feito pela saúde brasileira, é necessário a cessação da corrupção, ou seja, dos desvios de verbas, e posteriormente um grande investimento nesta área, e em medidas preventivas.

Palavras Chave: Saúde Pública. SUS. Reforma sanitária. Desigualdade Social. Corrupção.

1 A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

A Magna Carta de 1988 elenca dentre os direitos e garantias fundamentais, mais especificamente nos direitos sociais, a saúde. Tem normas constitucionais que são chamadas de programáticas, e o art. 6º é uma delas, mas apesar de estar lá que, elas definem programas que muitas vezes não são cumpridos.

¹ Discente do 1º ano do curso de Direito das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. E-mail: camila_uchida@hotmail.com.

² Docente do curso de Direito das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. Mestre em Introdução ao direito pelas Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” palma@unitoledo.br Orientador do trabalho.

³ Docente do curso de Direito das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. Doutor em História e Sociedade pela UNESP/Assis. joseartur@unitoledo.br Orientador do trabalho.

O Brasil definiu-se como um Estado Democrático de Direito (C.F art. 1º). Isto significa que foi adotado o princípio básico do chamado estado de direito : a Administração Pública está vinculada às estritas previsões legais.

A partir deste Estado Democrático de Direito, elaboram-se leis que fiscalizam e são responsáveis por controlar as ações relacionadas aos serviços de saúde tais como as leis no 8.080, de 19 de setembro de 1990, conhecidas também como Lei Orgânica de Saúde – SUS .

2 A REFORMA SANITÁRIA E O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

A reforma sanitária é considerada uma proposta para a democratização da saúde no Brasil.

“A proposta da Reforma Sanitária para reorientar o sistema brasileiro é a implantação do Sistema Único de Saúde – SUS”. (BRASIL,1998,10).Vislumbra-se que a saúde é uma consequência do resultado das condições de vida das pessoas, tais como saneamento básico, assistência médica, empregos com salários justos, educação, alimentação dentre outros. Sendo assim a busca por uma boa disposição física e mental, não cabe apenas á área da saúde, mas também é uma responsabilidade do Governo e da sociedade, de acordo com suas políticas econômicas e sociais.

Desta forma sabe-se que a Saúde é um direito de todos e dever do Estado. E para amparar a população a Reforma Sanitária propõe a implantação do Sistema Único de Saúde - SUS.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. Ele abrange desde o simples atendimento ambulatorial até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Amparado por um conceito ampliado de saúde, o SUS foi criado, em 1988 pela Constituição Federal Brasileira, para ser o sistema de saúde dos mais de 180 milhões de brasileiros. Além de oferecer consultas, exames e internações, o Sistema também promove campanhas de vacinação e ações de prevenção e de vigilância sanitária – como fiscalização de alimentos e registro de medicamentos –, atingindo, assim, a vida de cada um dos brasileiros. (SUS,s.d,s.p).

O SUS visa à segurança dos recursos enviados para os municípios, tanto no âmbito estadual quanto federal, isso se dá através de programas de tabulação de dados como o Data SUS, SIAB (Sistema de Informação da Atenção Básica), PNI - Programa Nacional de Imunizações, O SISCAM - Sistema de Informações do Câncer da Mulher, O SISPRENATAL - Sistema de Acompanhamento da Gestante dentre outros. Esses programas não servem só para fiscalizar os recursos, mas também para colher informações sobre os municípios.

Este sistema apresenta várias características, tais como: atendimento á todos e gratuitamente, atuar de maneira integral de modo a ver a pessoa como um todo e parte de uma sociedade, é descentralizado, racional, pois, deve organizar serviços e ações de acordo com a população, é eficaz e eficiente, ou seja, apresentar resultados positivos e de qualidade e por fim é considerado democrático, porque assegura o direito de participação de todos neste sistema.

3 ATENÇÃO BÁSICA DA SAÚDE PÚBLICA

Ao longo da história a Atenção Básica da saúde foi gradualmente se fortalecendo e deve se constituir como porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS). Ela caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações. Utiliza tecnologias de elevada complexidade e baixa densidade, que devem resolver os problemas de saúde de maior freqüência e relevância em seu território. É o contato preferencial dos usuários com os sistemas de saúde. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo e continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

De acordo com a infra-estrutura e dos recursos necessários relacionados ao quesito saúde, é de suma importância que as Unidade(s) Básica(s) de Saúde (UBS) com ou sem Saúde da Família sejam inscrita(s) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do Ministério da Saúde, de acordo com as normas sanitárias vigentes.

A atenção básica de saúde é o primeiro nível de contato com a família e comunidade, é a porta de entrada para a saúde pública. Para descongestionar o sistema (SUS) foram criados os PSF, ou seja, Posto de Saúde da Família que servem para pequenos procedimentos como, por exemplo, atendimento às doenças que não precisam exatamente de um especialista, suturas, curativos, atendimento dentário, e ele também monitora as famílias adquirindo todas as tabulações de dados necessários para o monitoramento dessa área tais como o número de gestantes, diabéticos e hipertensos. Sendo considerado um trabalho em conjunto com a vigilância sanitária : ANVISA (agencia nacional de vigilância sanitária).

.O PSF é uma sigla popular, pois o nome verdadeiro é USF que significa Unidade de Saúde da Família.

Já as UBS são as Unidades de Saúde da Família e nelas são atendidos casos de atenção básica, e especialidades ambulatoriais. De acordo com o seu regimento encontramos: uma equipe multiprofissional composta por médico, enfermeiro, cirurgião dentista, auxiliar de consultório dentário ou técnico em higiene dental, auxiliar de enfermagem ou técnico de enfermagem e agente comunitário de saúde, entre outros. Consultório médico, consultório odontológico e consultório de enfermagem para os profissionais da Atenção Básica. Equipamentos e materiais adequados ao elenco de ações propostas, de forma a garantir a resolutividade da Atenção Básica. Garantia dos fluxos de referência e contra-referência aos serviços especializados, de apoio diagnóstico e terapêutico, ambulatorial e hospitalar. Também encontramos a existência e manutenção regular de estoque dos insumos necessários para o funcionamento das unidades básicas de saúde, incluindo dispensação de medicamentos pactuados nacionalmente.

4 PROBLEMAS ENFRENTADOS PELA POPULAÇÃO

Problemas de saúde são condições que afetam nosso bem-estar, e deve-se buscar uma causa para obter a informação de onde eles aparecem. Enquanto não houver uma boa qualidade de vida, em termos de saneamento básico, alimentação, água, esgoto, educação e lazer não se pode ter boa saúde.

Hodiernamente as pessoas que possuem uma condição financeira melhor estão procurando os planos de saúde e o sistema privado, pois a saúde pública encontra-se em estado de degradação. Além do SUS que atende a todas as classes sociais e é gratuito, há também o IAMSPE - Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público, que como já dito atende gratuitamente ao funcionário público. E como convênio de saúde particular encontra-se a UNIMED - União dos Médicos, que atende as classes sociais mais abastadas.

Os hospitais encontram-se sempre superlotados, há também a falta de medicamentos, greves de funcionários devido às péssimas condições de trabalho, aparelhos quebrados, filas incomensuráveis para atendimento e prédios em mal estado de conservação são os principais problemas encontrados em hospitais e postos de saúde da rede pública. A população mais afetada é aquela que depende deste atendimento médico, ou seja, as pessoas com poucos recursos financeiros.

Nem tudo que parece é, na teoria o SUS é impecável mas na prática é o oposto. Um grande problema é a falta de médicos plantonistas, e a cada dia aumentam os desafios dos hospitais públicos de atender a grande demanda de pessoas.

A desigualdade social, gerada pelo capitalismo exacerbado deixa transparecer as diferentes condições de vida do rico e do pobre, de modo que a minoria possua muitos bens materiais e a maioria poucos.

Outro grande problema vivido pela sociedade é a corrupção, onde por várias vezes uma verba que é dedicada para a melhoria no setor da saúde é embolsada por políticos de modo que jamais serão repassadas. No Brasil acontece frequentemente esquemas para fraudar licitações de saúde pública, feito entre empresas fornecedoras e funcionários públicos, isto é uma vergonha, pois, enquanto reinar a impunidade, este tipo de prática vai se alastrar cada vez mais por todos os setores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Carta Magna de 1988 decretou o Brasil um país democrático, fazendo com que os seus cidadãos tenham direitos e deveres, incluindo a saúde pública, surge então o SUS como proposta da Reforma Sanitária.

A função do Sistema Básico de Saúde é atender á toda a população, mas sabe-se que isso é um fato utópico, pois os problemas relacionados a esta área são incalculáveis. A grande vilã do Brasil é a corrupção, a falta de ética prevalece constantemente no senado, as verbas são vergonhosamente desviadas, e os políticos raramente são presos. Medidas para averiguação deste aspecto financeiro deveriam ser tomadas frequentemente, deste modo as contribuições do Estado para com a área da saúde seriam totalmente entregues, e conseqüentemente este setor melhoraria muito.

Após a formulação de estratégias para a política de saúde, deve-se pensar no saneamento básico, elaboração e atualização periódica do plano municipal de saúde. E também articular medidas preventivas como a vacinação.

Em suma, o Brasil pode ser tão democrático quando a sua Constituição. Sendo a participação do povo indispensável, abrangendo muitas possibilidades de controle popular do Governo.

“É necessário criar condições para novas praticas no campo da saúde, condições objetivas de funcionamento e financiamento e condições subjetivas que propiciem uma mudança cultural. Nesse sentido, um ponto especialmente vulnerável é o da participação, devido á falta de tradição de posturas participativas nos vários segmentos da sociedade brasileira.”
(BRASIL,1998,5).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APRESENTAÇÃO. **Site do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Brasília-DF. Disponível em:<http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=1395>.

Acesso em: 6 abril. 2012.

BRAZIL. Incentivo á participação popular e controle social no SUS .

Brasília,1998.

CONSTANTINO, E. P. et al . Educação e Saúde: realidade e utopias. Autores.

São Paulo: Arte & Ciência,2003.

EYMAR, M. V. Educação popular e a atenção á saúde da família. São Paulo:

Hucutec.,2003.